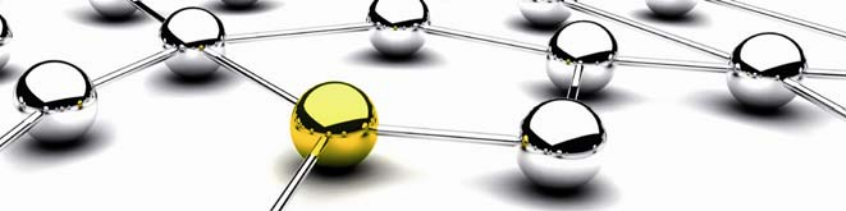


PPP

Parcerias Público-Privadas **Relatório 2010**

Julho 2010

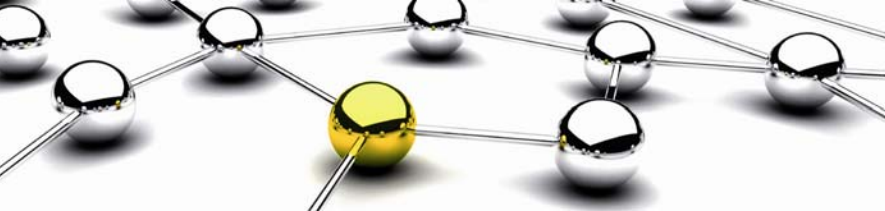


Ministério das Finanças e da Administração Pública

“Parcerias Público-Privadas – Relatório de 2010”

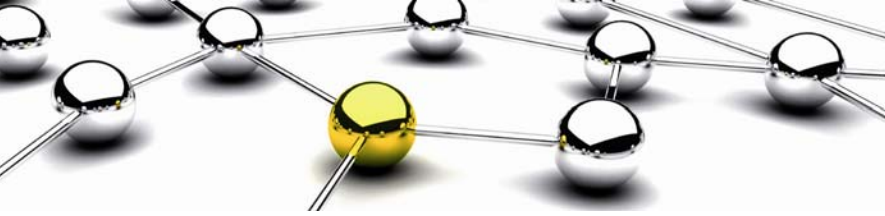
é uma publicação da

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa
Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19
Presença na *Internet*: www.dgtf.pt
E-mail: tesouro@dgtf.pt



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONCESSÕES EM 2009	4
3. FLUXOS FINANCEIROS POR SECTORES DE ACTIVIDADE	8
3.1. SECTOR RODOVIÁRIO	8
3.1.1. Em exploração	9
3.1.2. Em construção	11
3.1.3. Em concurso	12
3.2. SECTOR FERROVIÁRIO	12
3.2.1. Em exploração	13
3.2.2. Em concurso	14
3.3. SECTOR DA SAÚDE	14
3.3.1. Em exploração	15
3.3.2. Em construção	16
3.3.3. Em concurso	16
3.4. SECTOR SEGURANÇA E EMERGÊNCIA	17
3.5. SECTOR AEROPORTUÁRIO	18
3.6. SECTOR PORTUÁRIO	19
3.7. SECTOR DO AMBIENTE (ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS)	21
4. ANEXO	23



1. INTRODUÇÃO

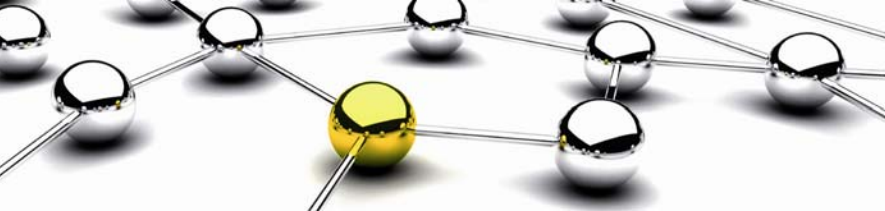
O Relatório Anual – 2010 sobre Parcerias Público-Privadas e Concessões insere-se no âmbito da actividade de acompanhamento e de reporte de informação do Gabinete de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado, Parcerias Público-Privadas e Concessões (GASEPC) e reflecte os factos considerados mais relevantes ocorridos em 2009, bem como a análise dos fluxos financeiros verificados ao longo do ano, no âmbito de contratos de parceria público-privada (PPP) e de concessões¹.

Os dados subjacentes às análises constantes deste Relatório foram obtidos junto das entidades da administração pública e do sector empresarial do Estado que detêm competências em matéria de acompanhamento e gestão de projectos em cada um dos sectores de actividade mencionados.

No presente Relatório Anual, passa a incluir-se a situação de concessões portuárias, cujo enquadramento legal se encontra consagrado no Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de Agosto, que define o regime da operação portuária, e no Decreto-Lei n.º 324/94, de 30 de Dezembro, que aprova as bases gerais das concessões de serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias.

DGTF, 15 de Julho de 2010

¹ No presente Relatório o termo “concessão” aplica-se, quer às parcerias público-privadas cujo instrumento de regulação jurídica é um contrato de concessão, quer aos casos em que a relação contratual existente configura uma concessão de serviço público não abrangida pelo regime legal aplicável às parcerias público-privadas, e se estabelece entre parceiros públicos e entre parceiros públicos e privados.



2. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONCESSÕES EM 2009

O universo de Parcerias Público-Privadas (PPP) e concessões, em análise neste relatório, inclui 120 projectos em regime de concessão ou subconcessão², de entre as quais 96 se encontram em exploração, 18 em fase de investimento/construção e 6 em fase de concurso.

Os sectores portuários e ambientais (águas, saneamento e resíduos) concentram o maior número de projectos desenvolvidos: no primeiro caso, para exploração de áreas portuárias sob domínio das administrações portuárias (32 unidades em exploração) e, no segundo, através de concessões de exploração de sistemas multimunicipais de águas e tratamento de resíduos (31 unidades em exploração).

Num contexto macroeconómico menos favorável para o arranque de novos projectos, foi possível proceder à contratação de 11 parcerias, visando a implementação de investimentos em infra-estruturas de interesse público em vários sectores de actividade (5 no sector rodoviário, 4 no sector da saúde e 2 no sector do ambiente, neste último caso resultantes de um processo de fusão de três sistemas multimunicipais já existentes e do alargamento de outro), e que são identificadas no quadro seguinte. Ao longo do Relatório serão analisadas, com maior detalhe, as novas parcerias constituídas em cada um dos sectores de actividade.

Importa referir ainda, como facto relevante, a decisão anunciada pelo Governo de reforçar a capacidade do Estado no acompanhamento da preparação e no desenvolvimento dos investimentos implementados na modalidade de PPP, através da criação de uma unidade especificamente dedicada a essas matérias, como vem referido no relatório do OE 2010 e confirmado no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010 – 2013.

² No sector rodoviário, a Estradas de Portugal, S.A. assume o papel de concessionária geral do Estado, sendo as suas concessões directas subconcessões do Estado. Por outro lado, no sector portuário as concessões identificadas são realizadas através das administrações portuárias (Sociedades Anónimas de capitais exclusivamente Público), que têm a seu cargo a jurisdição das áreas concessionadas.

Quadro 2.1 – Novas PPP/Concessões – Adjudicadas em 2009

Concessão	Concessionário	Prazo da Concessão	Investimento estimado (M€)
Sector Rodoviário			
Concessão EP			
Sub-concessão Baixo Alentejo	SPER SA	30	381,9
Sub-concessão Baixo Tejo	AEBT,SA	30	270,1
Sub-concessão Litoral Oeste	AELO, SA	30	443,6
Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	30	165,1
Gestão Sist.Identificação Electrónico	SIEV - Sist. Id. Elect. de Veículos, SA	25	n.a.
Sector Saúde			
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	30	122,0
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Braga, Gestora do Estabelecimento SA	10	11,3
Gestão H. Loures-Ent. Gestora Estabelecimento	SGHL - Soc. Gestora do Hospital de Loures SA	10	29,3
Gestão H. Loures - Ent. Gestora do Edifício	HL – Sociedade Gestora do Edifício SA	30	84,6
Sector Ambiente			
Resinorte(1)	Resinorte - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	30	69,1
Simdouro(2)	Simdouro - Saneamento do Grande Porto, S. A	50	72,0

(1) Em substituição dos sistemas multimunicipais do Baixo Tâmega, Alto Tâmega e do Vale do Douro (Rebat, Resat e Residouro). O valor apresentado correspondente a acréscimo de investimento estimado, face aos projectos anteriores.

(2) Sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto

(3) Investimento em construção, infra-estruturas e expropriações

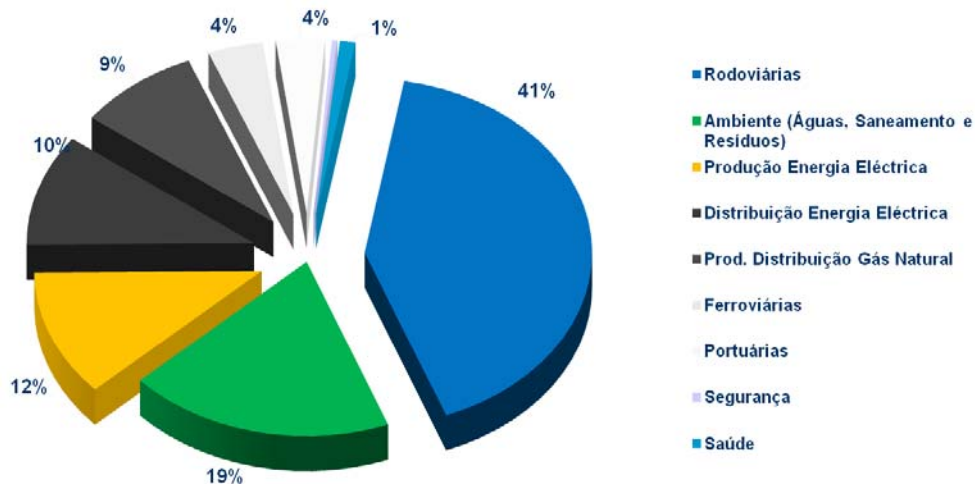
Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

Os novos projectos no sector rodoviário envolvem a construção de cerca de 414 km de novas vias, dos quais 164 km sem perfil de auto-estrada, bem como a requalificação e a manutenção de outras já existentes.

Na área da Saúde, as novas unidades hospitalares contratadas no âmbito do programa de PPP permitirão melhorar e reforçar a oferta de cuidados de saúde nas respectivas áreas de influência - Distrito de Braga e Concelhos de Loures, Mafra e Odivelas - representando um número global de 1 124 camas.

Considerando os contratos já celebrados, nos quais se incluem os novos projectos contratados em 2009, a repartição sectorial do universo de PPP e concessões, com base no investimento acumulado em infra-estruturas a custo histórico, encontra-se representada no gráfico seguinte.

Gráfico 2.1 – PPP e Concessões – Repartição do Investimento acumulado por sectores (custo histórico)

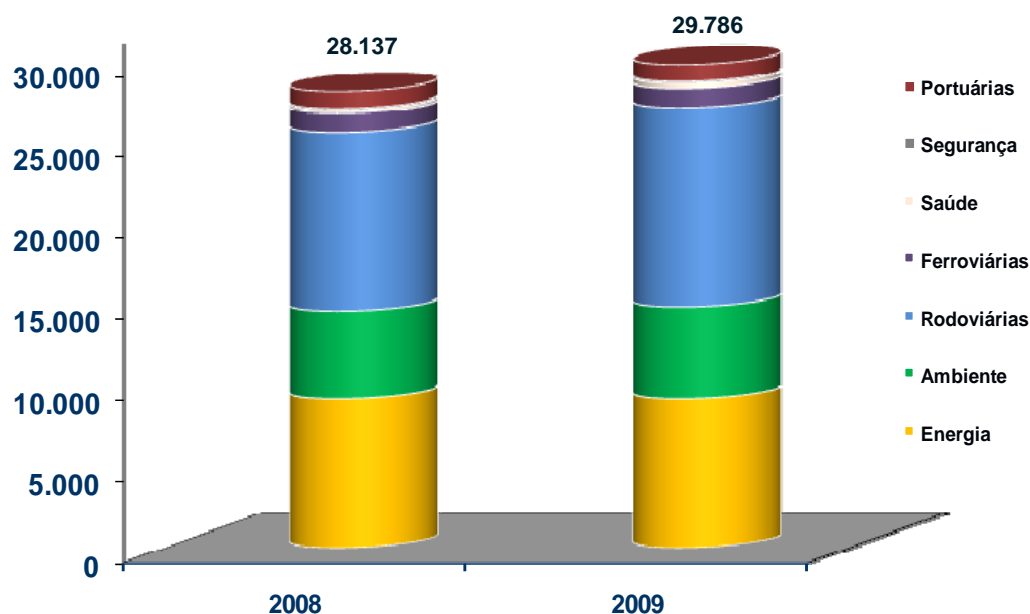


Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

O sector rodoviário continua a representar a maior parcela de investimentos implementados na modalidade de concessões, com um peso de 41% do universo considerado.

Os novos investimentos, contemplados nos contratos celebrados em 2009, representam um acréscimo de 1 649 milhões de euros face ao exercício anterior, no qual o sector rodoviário representa 74% do total, seguido pelos projectos lançados na modalidade de PPP nas áreas da Saúde e do Ambiente, com 15% e 11% do total, respectivamente.

Gráfico 2.2 – Evolução do investimento acumulado (custo histórico)



Quadro 2.2 – Fluxos financeiros no exercício de 2009 face ao previsto³

Unidade, excepto percentagens: ME

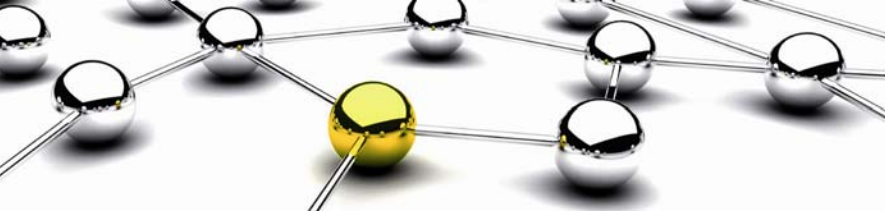
Concessões	Ano 2009 - Situação em 31.12.2009					
	Previsto	Corrente	Reequilíbrios	Execução	Total	%Exec.Total
Rodoviárias	689,7	647,9	26,2	674,1	674,1	98%
Ferrovias	88,0	8,1	81,1	89,2	89,2	101%
Saúde	126,0	96,4	0,0	96,4	96,4	77%
Segurança e Emergência	41,0	38,7	0,0	38,7	38,7	94%
Portuárias	-57,1	-58,7	0,0	-58,7	-58,7	103%
Total	887,6	732,4	107,3	839,7	839,7	95%

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

Em 2009, os encargos líquidos globais suportados directamente pelo Estado (ou através da Estradas de Portugal, S.A., no que respeita às concessões rodoviárias), ascenderam a 840 milhões de euros – 5% abaixo do previsto para o respectivo período, o que advém fundamentalmente do facto de o contrato relativo à exploração do Hospital de S. Marcos (Braga) se ter iniciado mais tarde do que o previsto.

Relativamente ao ano anterior, assistiu-se a um acréscimo global de 19%, devido ao impacto do reequilíbrio financeiro verificado no sector ferroviário (concessão do metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo) e às novas parcerias na saúde, com a

³ Não estão previstos, nem ocorreram fluxos, nos sectores ambiente e energético no período referido.



entrada em funcionamento das unidades de gestão dos estabelecimentos hospitalares de Cascais e de Braga.

Quadro 2.3 – Fluxos financeiros de 2009 vs 2008⁴

Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões	Unidade, excepto percentagens: M€		
	2008	2009	%Variação
Rodoviárias	689,2	674,1	-2%
Ferrovias	32,4	89,2	175%
Saúde	11,7	96,4	724%
Segurança e Emergência	28,4	38,7	36%
Portuárias	-54,7	-58,7	7%
Total	707,0	839,7	19%

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

3. FLUXOS FINANCEIROS POR SECTORES DE ACTIVIDADE

3.1. SECTOR RODOVIÁRIO

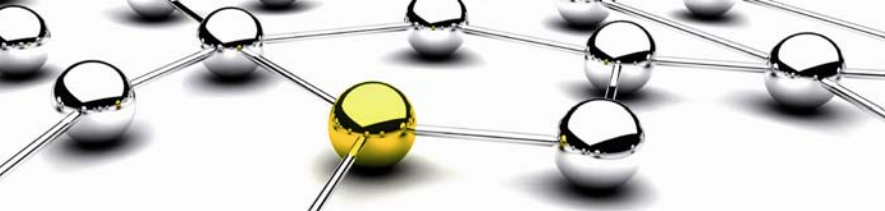
Em 2009, destaca-se a alteração das bases de concessão da Estradas de Portugal, S.A. (concretizada através do Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de Maio), empresa a quem está concessionado o financiamento, a concepção, o projecto, a construção, a conservação, a exploração, a requalificação e o alargamento da rede rodoviária nacional⁵.

O referido diploma procedeu à ampliação do objecto da concessão, que passou a incluir a noção de disponibilidade (aferição da qualidade do serviço prestado aos utentes, dos níveis de sinistralidade e dos níveis de externalidades gerados), a estabelecer algumas regras que visam definir o regime de disponibilidade (nomeadamente no que concerne aos deveres de informação da concessionária, ao cálculo de penalidades, à manutenção da disponibilidade da via e ao encerramento dos trabalhos nas vias) e a clarificar o regime dos bens adquiridos no âmbito de um processo de expropriação que não venham a integrar o domínio público.

Por outro lado, deu-se início ao processo de reconversão de algumas concessões rodoviárias em regime de portagem virtual (Scut) para o sistema de portagem real a pagar pelo utilizador, mediante cobrança electrónica, implicando a revisão dos articulados

⁴ Não estão previstos, nem ocorreram fluxos, nos sectores ambiente e energético no período referido.

⁵ O Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de Novembro, aprovou o contrato de concessão entre o Estado e a Estradas de Portugal, E.P., e a Lei n.º 55/2007, de 31 de Agosto, instituiu a Contribuição de Serviço Rodoviário, que visa financiar a mesma rede rodoviária nacional concessionada.



dos actuais contratos de concessão, tendo em vista adequá-los ao novo modelo de gestão e de financiamento do sector das infra-estruturas rodoviárias.

Para o efeito, foram desenvolvidos processos negociais relativamente às Concessões Costa de Prata, Grande Porto, e Norte litoral que conduziram à implementação de um regime de cobrança de portagens aos utilizadores. Em resultado do acordo alcançado com as concessionárias, as bases das referidas concessões, bem como os contratos de concessão originalmente celebrados foram alterados em conformidade e aprovados pelo Decreto-Lei n.º 67-A/2010 de 14 de Junho.

3.1.1. Em exploração

Quadro 3.1.1.1 – Encargos líquidos no exercício de 2009 face ao previsto

Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões Rodoviárias	Ano 2009 - Situação em 31.12.2009				
	Previsto*	Corrente	Reequilíbrios	Execução Total	%Exec.Total
Scut do Algarve (IC4/IP1)	43,3	43,3	-	43,3	100%
Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	138,6	138,6	-	138,6	100%
Scut Interior Norte (IP3)	109,1	109,2	-	109,2	100%
Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	72,1	72,1	-	72,1	100%
Scut Grande Porto (IP4/IC24)	79,8	79,8	-	79,8	100%
Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	42,6	42,6	-	42,6	100%
Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	162,3	162,3	-	162,3	100%
Lusoponte	21,5	-	21,5	21,5	100%
Grande Lisboa	4,4	-	1,9	1,9	43%
Oeste (AEA)	16,0	-	2,1	2,1	13%
Douro Litoral	-	-	0,7	0,7	n.a.
Total	689,7	647,9	26,2	674,1	98%

(*) Após correcção efectuada em Janeiro pela Estradas de Portugal, S.A.

Valores incluem IVA

Fonte: Estradas de Portugal, S.A.

O valor total líquido dos encargos suportados pelo conjunto das PPP rodoviárias ficou em 98% das previsões para 2009.

Relativamente ao ano anterior⁶, verificou-se um decréscimo (-2,2%) dos encargos líquidos pagos pelo Estado.

⁶ Valor Líquido do exercício de 2008, sem o «up-front» desembolsado pela subconcessão Douro Litoral, corresponde a 689,2 milhões de euros.

Quadro 3.1.1.2 – Encargos líquidos no exercício de 2009 vs 2008

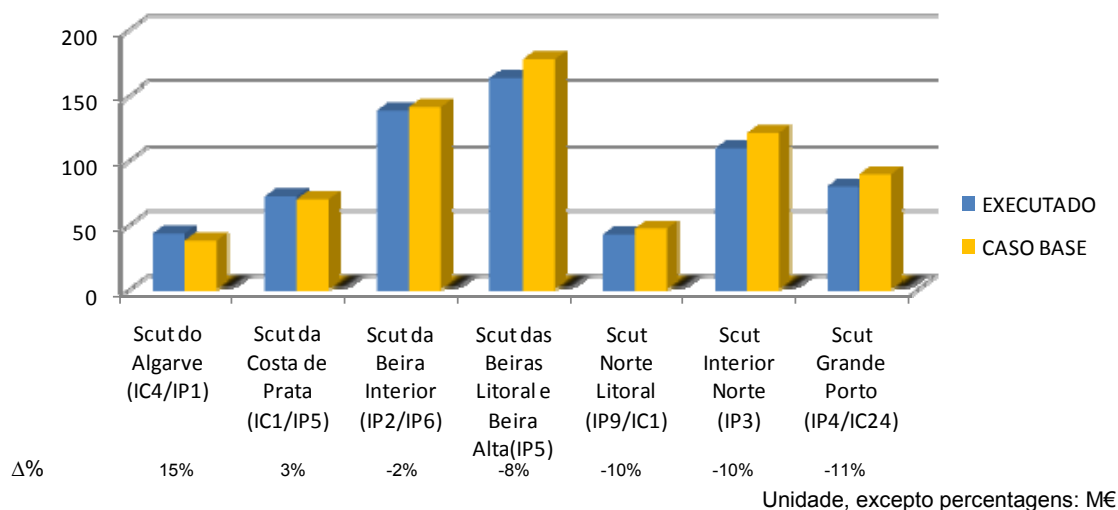
Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões Rodoviárias	Encargos Líquidos		
	2008	2009	%Variação
Scut do Algarve (IC4/IP1)	43,3	43,3	0%
Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	137,9	138,6	1%
Scut Interior Norte (IP3)	92,4	109,2	18%
Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	71,6	72,1	1%
Scut Grande Porto (IP4/IC24)	78,2	79,8	2%
Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	64,2	42,6	-34%
Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	179,8	162,3	-10%
Lusoponte	13,0	21,5	65%
Grande Lisboa	8,80	1,9	-78%
Oeste (AEA)	-	2,1	n.a.
Douro Litoral	-	0,7	n.a.
Total	689,2	674,1	-2,2%

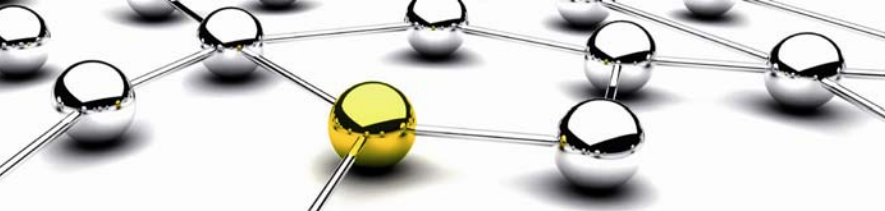
As variações anuais mais significativas foram as seguintes:

- Norte Litoral e Grande Lisboa: desvios favoráveis nos encargos suportados de -34% e -78%, respectivamente, que são reflexo dos pagamentos extraordinários de reequilíbrios no ano anterior (não repetido em 2009 no caso do Norte Litoral e com expressão menor relativamente à concessão da Grande Lisboa);
- Lusoponte e Scut Interior Norte: aumento de encargos face ao ano anterior, justificado, no primeiro caso (+65%), pela renegociação do Contrato de Concessão com a Lusoponte, em Dezembro de 2008, e, no segundo caso (+18%), devido ao facto de 2009 ter sido o primeiro ano completo de exploração.

Gráfico 3.1.1 – Encargos realizados em 2009 face às previsões dos casos base



Fonte: Estradas de Portugal, S.A.



Comparando os fluxos reais com os do *caso-base* das concessões rodoviárias com portagem virtual (Scut), observam-se os seguintes resultados:

- Globalmente, verifica-se uma tendência de os pagamentos realizados ficarem abaixo do previsto (menos 5%);
- Nos casos das concessões Scut Algarve e Costa de Prata, os pagamentos excederam o previsto no *caso-base* (15% e 3%, respectivamente), pelo facto de o tráfego real na Scut Algarve ter ultrapassado o valor considerado para o mesmo período e, quanto à Scut Costa de Prata, devido a ajustamentos efectuados nas tarifas.

3.1.2. Em construção

Em 2009, encontravam-se em construção 8 projectos de auto-estradas da Rede Rodoviária Nacional, indicados no quadro seguinte:

Quadro 3.1.2 - PPP Rodoviárias – Em construção

Investimento (preços correntes, sem IVA)				
Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
Sub-concessão Douro Litoral	AEDL,SA	2007	27	777,7
Sub-concessão AE Transmontana	A-E 21, SA	2008	30	535,9
Sub-concessão Douro Interior	Aenor Douro,SA	2008	30	641,7
Sub-concessão Tunel do Marão	A-E Marão,SA	2008	30	348,2
Sub-concessão Baixo Alentejo	SPER SA	2009	30	381,9
Sub-concessão Baixo Tejo	AEBT,SA	2009	30	270,1
Sub-concessão Litoral Oeste	AELO, SA	2009	30	443,6
Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	165,1
Concessão de Gestão Sist. Identificação Electrónico	SIEV - Sist. Id. Elect. de Veículos, SA	2009	25	n.a.
Fonte: Estradas de Portugal S.A.	Investimento em construção e expropriações			3.564,2

Dos projectos em construção, 4 são relativos a contratos de concessão assinados em 2009:

- Concessão Baixo Tejo, com uma extensão de 77 km na margem sul Barreiro/Montijo e Almada: foi assinado o contrato em 25 de Janeiro de 2009 com a VBT - Vias do Baixo Alentejo, S.A.;
- Concessão Baixo Alentejo, com uma extensão de cerca de 344 km de vias no distrito de Beja, Évora e Setúbal: foi assinado o contrato em 31 de Janeiro de 2009 com a SPER - Sociedade Portuguesa de Construção e Exploração Rodoviária, S.A.;

- Concessão Litoral Oeste, com cerca de 109 km nos distritos de Leiria, Coimbra e Santarém: foi assinado o contrato em 26 de Fevereiro de 2009 com a AELO-Auto-Estradas do Litoral Oeste, S.A.;
- Concessão Algarve Litoral, com uma extensão de 273 km: foi assinado o contrato em 26 de Abril de 2009 com a Rotas do Algarve Litoral, S.A..

3.1.3. Em concurso

No final de 2009, encontravam-se em fase de concurso pelas Estradas de Portugal, S.A.

Quadro 3.1.3 PPP Rodoviárias em Concurso

PPP em concurso	Investimento estimado* (M€)	Prazo (em anos)
Pinhal Interior	958	30

Obs: (*) Na construção e em expropriações

Fonte: Estradas de Portugal, SA

O contrato referente à auto-estrada do Pinhal Interior foi assinado em 28 de Abril de 2010.

No âmbito do plano de concessões rodoviárias, estavam ainda em preparação o lançamento dos concursos para a Rota Oeste e Auto-estrada do Centro – entretanto adiadas no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC 2010-2013).

3.2. SECTOR FERROVIÁRIO

No domínio das PPP, salienta-se a decisão de adjudicação (em Dezembro de 2009) da Concessão PPP1 (Troço Poceirão – Caia) do eixo Lisboa-Madrid ao agrupamento “ELOS-Ligações de Alta Velocidade, S.A.”, liderados pelas empresas BRISA e Soares da Costa.

Entretanto, no âmbito das medidas preconizadas no PEC 2010-2013, o lançamento dos concursos referentes às linhas de alta velocidade Lisboa-Porto e Porto-Vigo foram adiados.

3.2.1. Em exploração

Encontram-se em exploração duas concessões ferroviárias: a ligação ferroviária entre Lisboa e Setúbal (eixo ferroviário Norte – Sul), que inclui a Travessia Ferroviária da Ponte 25 de Abril, concessionada à FERTAGUS, e a rede de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo (Metro Sul do Tejo), concessionada à sociedade Metro Transportes do Sul.

Quadro 3.2.1.1 – Encargos líquidos no exercício de 2009 face ao previsto

Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões Ferroviárias	Ano 2009 - Situação em 31.12.2009				
	Previsto	Corrente	Reequilíbrios	ExecuçãoTotal	%Exec.Total
Eixo Ferroviário Norte Sul	10,5	8,1	-	8,1	77%
Metro Sul do Tejo	77,5	0,0	81,1	81,1	105%
Total	88,0	8,1	81,1	89,2	101%

Fonte: IMTT e Gabinete do Metro Sul do Tejo

Valores incluem IVA

Quadro 3.2.1.2 – Encargos líquidos no exercício de 2009 vs 2008

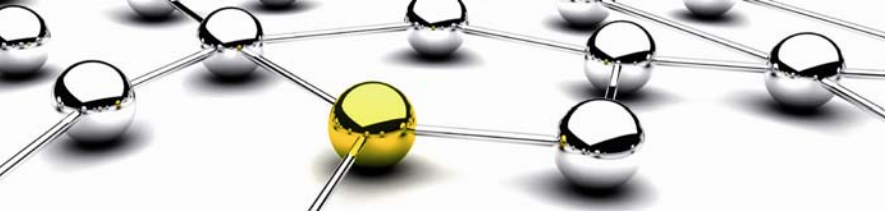
Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões Ferroviárias	Encargos Líquidos		
	2008	2009	%Variação
Eixo Ferroviário Norte Sul	8,0	8,1	1%
Metro Sul do Tejo	24,4	81,1	232%
Total	32,4	89,2	175%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

Os desvios verificados face ao previsto, embora inexpressivos em termos globais, ficaram a dever-se aos seguintes factores:

- Quanto ao eixo ferroviário Norte-Sul, aos elevados níveis de procura verificados em 2009 e em anos anteriores, que se traduziram em pagamentos da concessionária ao Estado, pelo excedente sobre a receita obtida face ao *caso-base*, que, conjugados com os pagamentos por disponibilidade realizados pelo Estado, resultaram num esforço financeiro líquido inferior ao previsto;
- No caso do metropolitano da margem sul do Tejo, ao facto de a verba resultante da negociação do reequilíbrio financeiro pago à Metro Transportes do Sul, S.A., ter ficado 5% acima dos encargos líquidos orçamentados para 2009.



3.2.2. Em concurso

Encontravam-se, no final de 2009, em fase de concurso os seguintes projectos:

Quadro 3.2.2. PPP no sector ferroviário em concurso

PPP em concurso	Investimento estimado (M€)	Prazo (em anos)
PPP1 - Poceirão/Caia (Lisboa/Madrid)	1711	40
PPP2 - Lisboa/Poceirão (Lisboa/Madrid)	1585	40

Fonte: RAVE "Estudo Estratégico - Linha Ferroviária de Alta Velocidade: Troço Poceirão - Caia / Eixo Lisboa - Madrid"

Nota: Os valores referentes à PPP2 não incluem a componente rodoviária da TTT.

- Troço Poceirão – Caia: o contrato foi assinado em 8 de Maio de 2010, com a ELOS – Ligações de Alta Velocidade;
- Troço Lisboa - Poceirão: o concurso foi lançado no início de 2009⁷.

Relativamente ao eixo ferroviário Lisboa – Madrid, o concedente é o estado Português ficando a REFER responsável pela Gestão da Infra-Estrutura uma vez que será integrada na Rede Ferroviária Nacional. O prazo definido para as concessões relativas às infra-estruturas ferroviárias é de 40 anos, sendo a concessão do tipo *Design-Build-Finance-Operate-Maintain-Transfer* (DBFOMT).

Ainda em 2009, foi concluído o processo de preparação da documentação para o lançamento do concurso público para a concessão do projecto, construção, fornecimento e manutenção da sinalização e telecomunicações (PPP6), transversal a toda a rede.

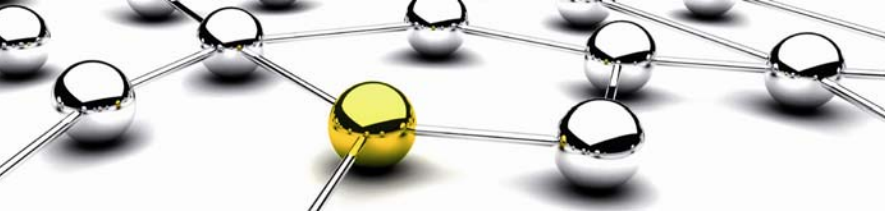
Já em 2010 foi necessário reformular a PPP6 de modo a acomodar as alterações ao calendário de desenvolvimento da Rede ferroviária de Alta Velocidade resultantes das medidas preconizadas no PEC 2010-2013.

O concedente da PPP6 é a REFER, tratando-se de um contrato do tipo DBFOMT por um prazo de 20 anos.

3.3. SECTOR DA SAÚDE

O Programa de PPP no sector da saúde tem constituído um dos eixos prioritários na política de saúde do Governo, com vista ao prosseguimento da melhoria da oferta dos

⁷ Para mais informações, consultar www.rave.pt.



serviços hospitalares a nível nacional, quer através da construção de novas unidades hospitalares, quer mediante a substituição de outras, potenciando cuidados de saúde de melhor qualidade à generalidade da população.

3.3.1. Em exploração

Quadro 3.3.1.1 – Encargos líquidos no exercício de 2009

Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões Saúde	Ano 2009 - Situação em 31.12.2009				
	Previsto	Corrente	Reequilíbrios	Execução Total	%Exec.Total
CMFRS - São Brás de Alportel	5,3	5,6	-	5,6	106%
Centro Atendimento do SNS	12,1	18,8	-	18,8	155%
Hospital de Cascais	43,8	43,9	-	43,9	100%
Hospital de Braga	64,8	28,1	-	28,1	43%
Total	126,0	96,4	-	96,4	77%

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Valores incluem IVA

Quadro 3.3.1.2 – Encargos líquidos no exercício de 2009 vs 2008

Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões Saúde	Encargos Líquidos		
	2008	2009	%Variação
CMFRS - São Brás de Alportel	2,6	5,6	115%
Centro Atendimento do SNS	9,1	18,8	107%
Hospital de Cascais	-	43,9	n.a.
Hospital de Braga	-	28,1	n.a.
Total	11,7	96,4	724%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

Observação: Os contratos com os Hospitais Cascais e Braga englobam duas parcerias, uma de gestão do edifício (30 anos) e outra de gestão do Estabelecimento (10 anos)

Os valores liquidados representam apenas 77% do valor previsto, em resultado da conjugação dos seguintes factores:

- O Centro de Atendimento do SNS (Linha 24) contrariou a tendência, em grande parte devido ao acréscimo de chamadas associadas à gripe A, o que aumentou os encargos em 55% face ao previsto;
- A entidade gestora do estabelecimento Hospitalar de Braga iniciou a exploração do antigo Hospital São Marcos no 3.º trimestre, ou seja, mais tarde do que o planeado, motivo pelo qual as verbas utilizadas ficaram abaixo do previsto (grau de execução de 43%).

3.3.2. Em construção

Em 2009 iniciou-se a construção dos novos hospitais de Braga e de Loures (este último, assinado no final do ano), prevendo-se que entrem em funcionamento em 2011 e 2012, respectivamente.

Quadro 3.3.2. PPP Saúde – Edifícios Hospitalares em construção

Investimento (preços correntes, sem IVA)				
Sector Saúde	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base M€
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	2009	30	122,0
Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP,SA	2008	30	56,0
Gestão H. Loures - Ent. Gestora do Edifício	HL – Sociedade Gestora do Edifício SA	2009	30	84,6

Investimento em construção e expropriações /equipamento inicial hospitalar

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Os novos hospitais de Braga e de Loures terão uma capacidade de 700 e 424 camas de internamento normal, respectivamente.

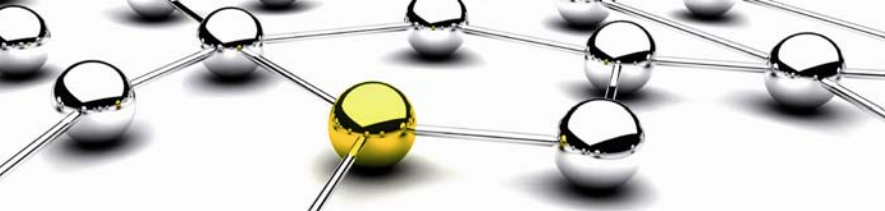
Os dois hospitais seguem o modelo de parceria que assenta num contrato de gestão celebrado com duas entidades gestoras (uma para a gestão do edifício e outra para a componente de serviços clínicos):

- Hospital de Braga (Grupos: Mello, Edifer e Somague):
 - Escala Braga, Gestora do Edifício S.A.;
 - Escala Braga, Gestora do Estabelecimento S.A..
- Hospital de Loures (Grupo Espírito Santo – agrupamento Consis Loures):
 - SGHL Sociedade Gestora do Hospital de Loures S.A.;
 - HL Sociedade Gestora do Edifício S.A..

Os prazos de concessão serão de 30 anos para o edifício hospitalar e de 10 anos para a prestação de cuidados de saúde.

3.3.3. Em concurso

No decurso do ano de 2009, as PPP no sector da Saúde registaram um significativo incremento com a implementação de novas estruturas hospitalares, estando em curso os processos de concurso relativamente ao Hospital de Vila Franca de Xira, ao Hospital de Lisboa Oriental e ao Hospital Central do Algarve, correspondendo a dois modelos



distintos. Assim, para o Hospital de Vila Franca de Xira, foi adoptado o modelo dos hospitais da **primeira vaga**, que incluem a concessão a entidades privadas da gestão do edifício hospitalar e da prestação de cuidados de saúde, enquanto o Hospital de Lisboa Oriental e o Hospital Central do Algarve, assentam num novo modelo (hospitais da **segunda vaga**), em que o objecto concursal abrange apenas a vertente da infra-estrutura hospitalar e serviços complementares, mantendo-se a gestão de prestação de cuidados de saúde no sector público.

Quadro 3.3.3. PPP Saúde – Em concurso

PPP em concurso	Investimento estimado (M€)	camas	Início de Actividade
Saúde	1.061	1.622	
Hospital de Vila Franca Xira-Ent.Gestora Edifício	434	284	2012
Hospital Lisboa Oriental - Ent. Gestora do Edifício	377	789	2014
Hospital Central do Algarve- Ent.Gestora Edifício	250	549	2014

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Observação: apenas o Hospital de Vila Franca de Xira pertence à 1ª vaga das parcerias.

Relativamente ao Hospital de Vila Franca de Xira, tendo já havido adjudicação do contrato este encontra-se em fase de ajustamentos finais com o concorrente vencedor Escala V. F. Xira, liderado pelo Grupo Mello.

Em 2009, o concurso relativo ao Hospital de Lisboa Oriental, ficou na fase de avaliação das propostas da primeira fase. À data de conclusão deste Relatório, encontra-se na fase de negociação final com os dois concorrentes seleccionados (SALVEO e ATOS).

Quanto ao Hospital Central do Algarve, o concurso encontra-se em fase de avaliação de propostas e de elaboração do relatório final de selecção dos concorrentes para a fase de negociação.

3.4. SECTOR SEGURANÇA E EMERGÊNCIA

No âmbito do projecto denominado SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, decorreu, em 2009, a implementação do novo Centro de Instalação do Serviço 112 – Número Nacional de Emergência.

Quadro 3.4.1 – Encargos líquidos no exercício de 2009 face ao previsto

Unidade, excepto percentagens: M€

Segurança e Emergência	Ano 2009 - Situação em 31.12.2009				
	Previsto	Corrente	Reequilíbrios	ExecuçãoTotal	%Exec.Total
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	41,0	38,7	-	38,7	94%
Total	41,0	38,7	-	38,7	94%

Fonte: MAI/DGIE

Valores incluem IVA

Quadro 3.4.2 – Encargos líquidos no exercício de 2009 vs 2008

Unidade, excepto percentagens: M€

Segurança e Emergência	2008	2009	%Variação
	SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	28,4	38,7
Total	28,4	38,7	36%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

A variação do acréscimo de encargos líquidos face a 2008 é justificada pelo maior grau de desenvolvimento do projecto, tendo ainda assim sido possível poupar 6% face ao valor inicialmente previsto.

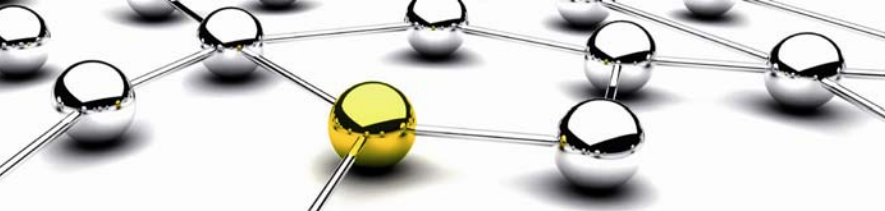
No decurso de 2009, procedeu-se à análise e aprovação da extensão do projecto SIRESP à Região Autónoma da Madeira, considerada fundamental para a melhoria da qualidade das comunicações entre as entidades de protecção civil e de segurança na região em situações de emergência, envolvendo um acréscimo de encargos para o Estado estimado em 600 mil euros.

3.5. SECTOR AEROPORTUÁRIO

No ano de 2009, procedeu-se à inclusão das infra-estruturas que constituem o Terminal Civil de Beja, na concessão a outorgar à ANA, S.A., a qual integra a gestão e respectiva exploração comercial.

Ao longo do ano, desenvolveu-se o projecto com a respectiva minuta do contrato de concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil, a celebrar entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, S.A., no quadro das bases da concessão, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 33/2010, de 14 de Abril.

A concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil terá por objecto o estabelecimento, o desenvolvimento, a gestão e a manutenção das infra-estruturas



aeroportuárias dos aeroportos de Lisboa, do Porto, de Faro, de Ponta Delgada, de Santa Maria, da Horta das Flores e do Terminal Civil de Beja, pelo prazo de 40 anos.

A ANA, S.A., fica responsável pela promoção das actividades de concepção, de projecto, de construção, de financiamento, de exploração, de gestão e de manutenção do Novo Aeroporto de Lisboa. O lançamento do concurso foi, entretanto, adiado no âmbito das medidas do PEC 2010-2013.

3.6. SECTOR PORTUÁRIO

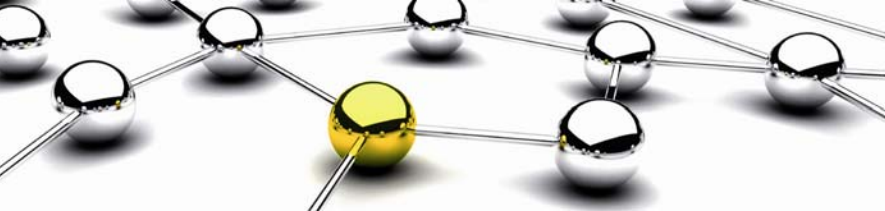
Neste Relatório, foi incluído um conjunto de informação sobre as concessões portuárias que a DGTF passou também a acompanhar. O acompanhamento e controlo das concessões portuárias são da responsabilidade das entidades concedentes (Administrações Portuárias), cabendo ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos – IPTM, I.P., regular, fiscalizar, exercer funções de coordenação e de planeamento do sector marítimo-portuário e regulamentar as actividades desenvolvidas pelo sector.

Quadro 3.6.1 – Fluxos Financeiros no exercício de 2009 face ao previsto

Unidade, excepto percentagens: M€

Sector Portuário		Ano 2009 - Situação em 31.12.2009				
		Previsto	Corrente	Reequilíbrios	ExecuçãoTotal	%Exec.Total
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	-12,9	-13,3	-	-13,3	103%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	-3	-3,1	-	-3,1	103%
	Silos de Leixões	-0,2	-0,2	-	-0,2	100%
	Terminal Produtos Petrolíferos	-6,6	-7,1	-	-7,1	108%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	-0,1	-0,1	-	-0,1	100%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	-0,7	-0,7	-	-0,7	100%
	Serviço de Descarga, Venda Expedição Pescado	-0,2	-0,1	-	-0,1	50%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	-	-	-	-	-
	Exploração Turística-Hoteleira	-0,5	-0,5	-	-0,5	100%
Exploração Restaurante e Bar	-0,1	-0,1	-	-0,1	100%	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	-0,3	-0,3	-	-0,3	100%
	Serviço de Reboque Aveiro	-0,1	-0,1	-	-0,1	100%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	-2,2	-2,3	-	-2,3	105%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	-6,9	-7,0	-	-7,0	101%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	-1	-1,2	-	-1,2	120%
	Terminal Multiusos do Beato	-0,9	-0,9	-	-0,9	100%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	-0,8	-0,7	-	-0,7	88%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	-0,8	-0,6	-	-0,6	75%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	-0,8	-0,8	-	-0,8	100%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	-0,5	-0,7	-	-0,7	140%
	Terminal do Barreiro	-0,1	-0,1	-	-0,1	100%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	-0,2	-0,3	-	-0,3	150%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-	-0,1	-	-0,1	-
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	-1,5	-1,6	-	-1,6	104%
	Terminal Multiusos Zona 2	-3,1	-3,0	-	-3,0	98%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	-0,3	-0,3	-	-0,3	100%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	-0,1	-0,1	-	-0,1	100%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	-0,2	-0,2	-	-0,2	100%
	Terminal Multipurpose de Sines	-4,2	-4,4	-	-4,4	105%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	-0,4	-0,4	-	-0,4	100%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	-0,7	-0,7	-	-0,7	100%
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	-7,7	-7,7	-	-7,7	100%	
Total	Total	-57,1	-58,7	0,0	-58,7	103%

Fonte: Administrações Portuárias



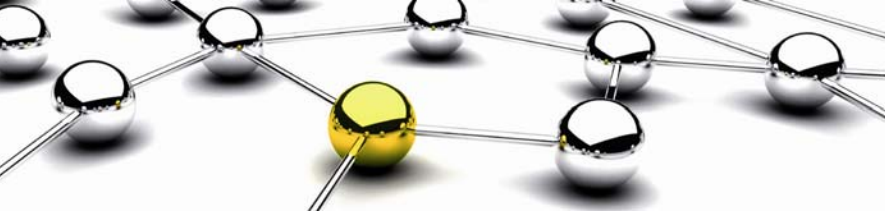
Os fluxos financeiros correspondem a receita para as Administrações Portuárias e o universo das concessões portuárias gerou, no período em análise, rendas no montante de 58,7 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 3% face ao previsto e de 7% relativamente ao período homólogo.

Quadro 3.6.2 – Fluxos financeiros no exercício de 2009 vs 2008

Unidade, excepto percentagens: M€

Sector Portuário		2008	2009	%Variação
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	-13,3	-13,3	0%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	-3,3	-3,1	-6%
	Silos de Leixões	-0,2	-0,2	0%
	Terminal Produtos Petrolíferos	-7,6	-7,1	-7%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	-0,1	-0,1	0%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	-0,7	-0,7	0%
	Serviço de Descarga, Venda Expedição Pescado	-0,2	-0,1	-50%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0	0,0	-
	Exploração Turística-Hoteleira	-0,5	-0,5	0%
Exploração Restaurante e Bar	-0,1	-0,1	0%	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	-0,3	-0,3	0%
	Serviço de Reboque Aveiro	0,0	-0,1	-
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	-3	-2,3	-23%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	-6,9	-7,0	1%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	-1	-1,2	20%
	Terminal Multiusos do Beato	-0,9	-0,9	0%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	-0,8	-0,7	-13%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	-0,8	-0,6	-25%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	-0,8	-0,8	0%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	-0,5	-0,7	40%
	Terminal do Barreiro	-0,1	-0,1	0%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	-0,2	-0,3	50%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	0	-0,1	-
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	-1,7	-1,6	-7%
	Terminal Multiusos Zona 2	-2,7	-3,0	10%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	-0,3	-0,3	3%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	-0,1	-0,1	0%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	-0,2	-0,2	0%
	Terminal Multipurpose de Sines	-4,1	-4,4	7%
	Terminal de Petroléiro e Petroquímico	-0,4	-0,4	0%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	-0,7	-0,7	0%
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	-3,1	-7,7	148%
Total	Total	-54,7	-58,7	7%

Fonte: Administrações Portuárias



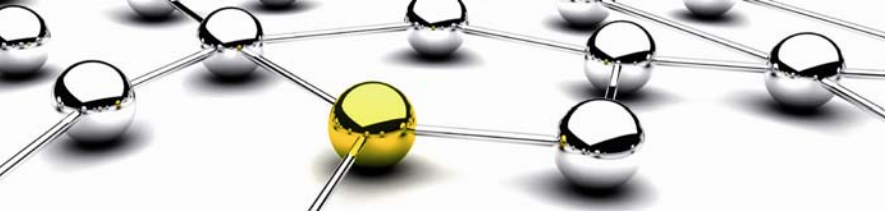
3.7. SECTOR DO AMBIENTE (ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS)

A actividade das concessões de serviços públicos de exploração e gestão de sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos foi objecto, em 2009, de medidas legislativas relevantes, visando, por um lado, melhorar a sustentabilidade económica e financeira das entidades concessionárias e, por outro, contemplar a possibilidade de estabelecer parcerias entre o Estado e as autarquias para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

Destaque-se, por exemplo, o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais (Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de Abril), o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto) e a revisão do regime jurídico das concessões da exploração e gestão dos sistemas de âmbito multimunicipal de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, de captação e abastecimento de águas para consumo público e de tratamento de resíduos sólidos urbanos (Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de Agosto). Neste último caso, realçam-se, entre as principais alterações, a fixação do prazo máximo das concessões em 50 anos e a introdução de novas regras de fixação e revisão de tarifas.

As funções do regulador do sector, a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P. (que substituiu o anterior IRAR - Instituto Regulador de Águas e Resíduos I.P.) também foram objecto de reestruturação, tendo sido redefinida a sua missão, passando a abranger a regulação geral do sector, das entidades gestoras, da qualidade de serviço das entidades gestoras e da qualidade da água para consumo humano, – tendo ainda sido reforçada a sua intervenção, nomeadamente na área sancionatória (através do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro).

Ainda no âmbito das medidas tendentes a melhorar a sustentabilidade dos sistemas multimunicipais, procedeu-se ao alargamento da área de actuação do sistema de saneamento do Grande Porto a mais um município e à fusão de três sistemas de valorização e tratamento de resíduos sólidos da zona Norte num único sistema, beneficiando-se, deste modo, de sinergias e de economias de escala importantes para a rentabilidade dos investimentos necessários:



- SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S. A. (Decreto-Lei n.º 312/2009, de 27 de Outubro), à qual é atribuída a exclusividade da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Grande Porto para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Maia, Paredes, Penafiel e Vila Nova de Gaia. O capital social é detido pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (51%) e pelos Municípios (49%). A sociedade será responsável pela recolha, tratamento e rejeição dos efluentes pelo período de concessão de 50 anos. O plano de investimentos ascende a cerca de 72 milhões de euros.
- RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A. (Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de Setembro), que explora o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central, em substituição dos sistemas multimunicipais de resíduos sólidos urbanos do Baixo Tâmega, do Alto Tâmega e do Vale do Douro Sul.

4. ANEXO

Quadro 4.1 – Universo

Investimento (preços correntes, sem IVA) M€					
Sector	Concessão	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento
T r a n s p o r t e	Concessão Lusoponte	Lusoponte,SA	1995	30	867,0
	Concessão Norte	AENOR,SA	1999	36	879,2
	Concessão Oeste	A-E Atlantico,SA	1999	30	453,5
	Concessão Brisa	Brisa	2000	35	2.623,8
	Concessão Litoral Centro	Brisal, SA	2004	30	550,7
	Concessão Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	ScutVias,SA	1999	30	628,3
	Concessão Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	LusoScut Costa de Prata,SA	2000	30	320,7
	Concessão Scut do Algarve (IC4/IP1)	EuroScut,SA	2000	30	228,5
	Concessão Scut Interior Norte (IP3)	NorScut,SA	2000	30	504,1
	Concessão Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	LusoScut Beiras Litoral e Alta,SA	2001	30	718,4
	Concessão Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	EuroScut Norte,SA	2001	30	318,6
	Concessão Scut Grande Porto (IP4/IC24)	LusoScut,SA	2002	30	492,5
	Concessão Grande Lisboa	LusoLisboa,SA	2007	30	180,0
	Sub-concessão Douro Litoral	AEDL,SA	2007	27	777,7
	Sub-concessão AE Transmontana	A-E 21, SA	2008	30	535,9
	Sub-concessão Douro Interior	Aenor Douro,SA	2008	30	641,7
	Sub-concessão Tunel do Marão	A-E Marão,SA	2008	30	348,2
	Sub-concessão Baixo Alentejo	SPER SA	2009	30	381,9
	Sub-concessão Baixo Tejo	AEBT,SA	2009	30	270,1
	Sub-concessão Litoral Oeste	AELO, SA	2009	30	443,6
	Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	165,1
Gestão Sis.Identificação Electrónico	SIEV - Sist. Id. Elect. de Veiculos, SA	2009	25	n.a.	
Metro Sul Tejo (1)	MTS,SA	2001	30	268,7	
Transp. Ferroviário eixo-norte/sul (2)	Fertagus,SA	1999	11	900,0	
S a ú d e	Gestão do Centro de Atendimento do SNS	LCS,SA	2006	4	4,0
	Gestão Centro Medicina Fisica Reabilitação Sul	GP Saúde	2006	7	3,0
	Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	2009	30	122,0
	Gestão do H. Braga - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Braga, Gestora do Estabelecimento SA	2009	10	11,3
	Gestão H. Cascais-Ent. Gestora Estabelecimento	HPP,SA	2008	10	16,0
	Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP,SA	2008	30	56,0
	Gestão H. Loures-Ent. Gestora Estabelecimento	SGHL - Soc. Gestora do Hospital de Loures SA	2009	10	29,3
Gestão H. Loures - Ent. Gestora do Edifício	HL – Sociedade Gestora do Edifício SA	2009	30	84,6	
A m b i e n t e	Águas do Cávado	Águas do Cávado, SA	1995	30	108,2
	Águas do Centro Alentejano	Águas do Centro Alentejano, SA	2003	30	75,8
	Águas do Douro e Paiva	Águas do Douro e Paiva, SA	1996	30	452,7
	Águas do Oeste	Águas do Oeste, SA	2001	30	294,8
	Águas de Santo André	Águas de Santo André, SA	2001	30	130,3
	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	2001	30	418,4
	Águas do Algarve	Águas do Algarve, SA	2001	30	457,3
	Águas do Ave	Águas do Ave, SA	2003	33	376,0
	Águas do Centro	Águas do Centro, SA	2001	30	177,0
	Águas do Minho e Lima	Águas do Minho e Lima, SA	2000	30	164,8
	Águas do Mondego	Águas do Mondego, SA	2004	35	232,0
	Águas do Norte de Alentejano	Águas do Norte de Alentejano, SA	2001	30	93,8
	Águas do Zézere e Côa	Águas do Zézere e Côa, SA	2000	30	286,0
	Algar	Algar, SA	1996	25	60,7
	Amarsul	Amarsul, SA	1997	25	70,1
	Ersuc	Ersuc, SA	1997	25	87,7
	Resinorte	Resinorte - valorização e trat. resíduos sólidos, SA	2009	30	190,8
	Resiestrela	Resiestrela, SA	2008	30	34,1
	Resioeste	Resioeste, SA	1998	25	37,0
	Resulima	Resulima, SA	1996	25	31,6
	Suldouro	Suldouro, SA	1996	25	52,9
	Valnor	Valnor, SA	2001	29	24,8
	Valorlis	Valorlis, SA	1996	25	31,0
	Valorminho	Valorminho, SA	1996	25	14,1
	Valorsul	Valorsul, SA	1995	25	291,5
	Sanest	Sanest, SA	1995	25	201,6
	Simarsul	Simarsul, SA	2004	30	235,9
	Simlis	Simlis, SA	2000	30	75,0
	Simria	Simria, SA	2000	30	313,7
	Simtejo	Simtejo, SA	2001	30	536,3
	Simdouro	Simdouro - Saneamento do Grande Porto, S. A	2009	50	72,0

(continua)

(continuação)

Investimento (preços correntes, sem IVA) M€					
Sector	Concessão	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento
H í d r i c o	Barragem de Foz Tua	EDP	2008	75	340,0
	Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	IBERDROLA	2008	65	1.700,0
	Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	65	510,0
	Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	65	257,0
	Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	65	360,0
	Barragem do Alqueva	EDP	2008	35	339,0
E n e r g i a	Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)	Transgás Armazenagem, SA	2006	40	29,3
	Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, SA	2008	40	578,0
	Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, SA	2008	40	289,3
	Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	159,8
	Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	307,4
	Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)	REN Atlântico, SA	2006	40	212,0
	Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)	REN Armazenagem, SA	2006	40	114,9
	Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, SA	2008	40	69,2
	Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, SA	2008	40	66,5
	Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural	REN Gasodutos, SA	2006	40	753,0
		Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50
	Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2006	35	1.808,3
S e g	SIRESP	SIRESP - Redes digitais de Seg. e Emergência	2002	20	112,0
P o r t u á r i a s	Terminal de Contentores de Leixões	Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	68,6
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	42,8
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, unipessoal Lda	2007	25	6,2
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25	n.d.
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuárias, SA	2000	20	n.d.
	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	6,3
	Serviço de Reboque Aveiro	Tínita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2004	10	2,8
	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1985	57	362,2
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2001	20	60,8
	Terminal Multipurpose de Lisboa	Transinsular, Transportes Marítimos Insulares, SA	1995	15	n.p.
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	7,3
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	3,3
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	11,9
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	13,7
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	1995	25	6,0
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	2003	25	3,7
	Terminal Contentores de Sines XXI	PSA Sines - Terminal de Contentores, SA	1999	30	336,5
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	103,6
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10	n.d.
Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	n.d.	
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	n.d.	

n.p. - não previsto; n.d. - não disponível

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

Observação: Valor do Investimento é referente aos Casos-base (quando aplicável) para construção, infra-estruturas suportada pelo Estado.

(1) Investimento em Infraestruturas suportada pelo Estado

(2) Estimativa do Investimento realizado pela REFER

(3) Valor indicado no sector energético (gás natural e electricidade) corresponde ao Activo fixo Líquido 2008